

Entregue à Justiça Eleitoral a Representação contra os Integralistas

PEDIDO DO PRONUNCIAMENTO DA JUSTIÇA SOBRE O ATENTADO FASCISTA — OFÍCIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE ARARAQUARA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Uma das primeiras medidas práticas adotadas pelo Partido Socialista, Seção de São Paulo, contra a rearticulação dos integralistas, foi dar entrada, no Tribunal Regional Eleitoral, a uma representação contra o partido fascista, pedindo o pronunciamento da Justiça Eleitoral sobre o atentado de que foi vítima o comp. Renato Rocha, de Araraquara, uma vez que esse fato assumia o caráter de um verdadeiro crime político eleitoral.

Entre os numerosos documentos juntados pelos socialistas, figura uma cópia autêntica do ofício enviado pelo sr. José Amaral Velosa, presidente da Câmara Municipal de Araraquara, ao presidente da República, narrando os fatos e estigmatizando o atentado. E' o seguinte o teor desse documento:

"Exmo. sr. presidente: Atendendo ao deliberado por esta Edilidade, com aprovação oferecida ao requerimento número 4-50, subscrito pelo nobre vereador Orestes Pieroni Gobo e outros, em sessão extraordinária realizada a 11 do corrente, cumpre-me levar ao conhecimento de v. exa. que, por ocasião da IV Convenção Eleitoral do Partido de Representação Popular, levada a efeito nos dias 7 e 8 deste, nesta cidade, se desenrolaram lamentáveis acontecimentos, cuja responsabilidade atribuiu-se a membros daquela agremiação político-

partidária. Os lamentáveis acontecimentos desenrolaram-se logo após o término da sessão de encerramento, daquela IV Convenção do PRP, na madrugada do dia 9, com o espancamento do presidente da Comissão Municipal do Partido Socialista Brasileiro, que, em pleno coração da cidade, foi abordado e agredido por elementos armados de casse-tetes, para logo depois, ser atirado a

um tanque do principal logradouro público cittadino. Verificaram-se, ainda segundo testemunho de cidadãos araraquarenses, durante aquele tumulto, disparos de revolver. Lembro a v. exa., em atenção e nos termos do mencionado requerimento n.º 4-50, que

elementos maliciosos dizem que inspetores da polícia federal acompanhavam e prestigiavam os agressores, fazendo-se mister, portanto, de conformidade com o desejo manifesto por Esta Casa, um enérgico desmentido das autoridades competentes".

Golpe Militar à Vista?

OS INTEGRALISTAS NÃO VOTARÃO EM PRESTES MAIA

O deputado Loureiro Jr., figura de prol nos arraiais integralistas, declarou à imprensa do Rio de Janeiro que o Partido de Representação Popular não votará no sr. Prestes Maia para governador de São Paulo. Inquirido do porque dessa atitude, já que o candidato popular se apresenta com as melhores credenciais, o procer integralista declarou que essa atitude dos populistas se devia, simplesmente, ao fato dos socialistas haverem apoiado a candidatura Prestes Maia. Acha o sr. Loureiro Jr. muito embora não o tenha dito que o apoio dos socialistas é suficiente para marcar um candidato com o signo da intransigência na luta pela defesa da legalidade democrática e dos interesses populares, aos quais eles, integralistas, se opõem com armas e dentes, fascistas que são. Eis uma declaração que sobremodo nos honra.

O comp. deputado Hermes Lima, quando de sua vinda a São Paulo por motivo da reunião de Araraquara, teve oportunidade de prestar algumas declarações aos jornalistas. Entre elas, destacamos as seguintes, referentes à gravidade da situação política nacional:

— "A situação política nacional, hoje, é angustiada e mesmo aflitiva. Atualmente, o ambiente é mais

(Continua na pg. 6)

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedrosa d'Almeida
Gerente:
Fébus Gikovate

ANO III - 20 DE FEVEREIRO DE 1950 - N.º 45
PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça do Sé, 237 - 2.º and.
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

Onde está o dinheiro do imposto Sindical?

Esta foi a pergunta que o deputado João Mangabeira, em nome do Partido Socialista, fez ao presidente da República, através de um pedido de informações apresentado na Câmara Federal. O Partido Socialista quer que o governo explique o que fez com os milhões do Fundo Sindical, milhões esses arrancados do bolso dos trabalhadores para sustentar o luxo fastuoso dos "dirigentes" das Federações e Confederações, suas viagens e, muitas vezes, suas amantes.

A história do imposto sindical é uma das mais negras e sórdidas da ditadura e do governo Dutra. O que se tem feito com esse dinheiro que deveria ser dedicado à assistência dos trabalhadores é de estarrecer. E todas essas coisas, os milhões gastos em viagens do norte ao sul, do Brasil para o estrangeiro, em hospedagens em hotéis ultra-luxuosos, tudo isso foi denunciado na Câmara Federal pelo Partido Socialista, através da palavra de seu presidente, o comp. deputado João Mangabeira.

Onde está o dinheiro dos trabalhadores, presidente Dutra?



A cidade de Araraquara demonstrou, em praça pública, seu repúdio aos métodos e processos usados pelos integralistas. Uma multidão calculada em mais de mil pessoas, esteve presente no largo da matriz, para ouvir a palavra dos socialistas que iriam responder ao atentado fascista. Esse total é tanto mais sugestivo dado a perspectiva de tumultos pre-

vista por muitos, e o grande aparato policial concentrado no local. O clichê fixa dois flagrantes do comício socialista em Araraquara: um aspecto da assistência e o deputado Hermes Lima quando pronunciava aplaudido discurso. Ao fundo, entre os comps. Hermes Lima e Alípio Corrêa Neto, vê-se o comp. Renato Rocha.

UMA TAREFA IMEDIATA:

Contrôle Parlamentar das Empresas do Estado e Participação Operária em sua Administração e Lucros

A ruptura do sistema econômico e político liberal — fundado na propriedade privada, no livre empreendimento e no Estado fiscal — deixou de ser um simples prognóstico dos críticos do regime capitalista. E' hoje claramente visível a crescente intervenção e participação do Governo na vida econômica da nação. O desenvolvimento da mecanização e da divisão do trabalho, introduzindo de um alto grau de interdependência dos ramos da economia, das empresas e serviços, criou uma situação em que o arbítrio do capitalista já não pode prosseguir sem provocar a anarquia na produção e distribuição de bens, a miséria e a insegurança da comunidade. Nos países mais adiantados, as exigências da nova situação, e consciência e a organização política de novas e maiores camadas da população e os problemas da defesa econômica e militar têm imposto, em grau variável, a política de desapropriação de bens e da planificação das atividades econômicas. Mesmo nos países de industrialização incipiente, já se fazem sentir certas medidas intervencionistas do Estado, seja como réplica às novas circunstâncias econômicas e políticas internacionais, seja como meio de fortalecer o governo ou de beneficiar classes e grupos.

SOCIALISMO E ESTADO CAPITALISTA

E' ainda extraordinário o número dos que acreditam ser um avanço para o socialismo esta transformação do Estado, em face do livre empreendimento se torna o proprietário dos bens da nação, e daqueles que se opõem ao socialismo por confundir-lo com o capitalismo de Estado imperante na Rússia e nos países satélites. No entanto, nem isto é socialismo, nem aquele o seu caminho. Em toda a parte, os totalitários e seus coudas de "inocentes úteis" lutam por desapropriações e monopólios em condições que favorecem o novo absolutismo estatal. Os liberais condenam a planificação, sob o pretexto de salvaguardar as liberdades individuais, sem, contudo, apresentar qualquer medida que as salvaguarde e que elimine, ao mesmo tempo, os perigos da anarquia econômica. Os socialistas, como o trabalho inglês na vanguarda, empenham-se na gigantesca e dramática tarefa de fazer da planificação inevitável a garantia econômica das liberdades democráticas para todo e qualquer membro da comunidade geral.

A ADMINISTRAÇÃO PELOS EMPREGADOS

E o modo de fazê-lo, na atual conjuntura histórica, indicado pela experiência do movimento socialista, consiste em transferir as forças econômicas — que permitiram aos capitalistas o controle do Estado — para a administração dos trabalhadores de cada empresa, sob o controle dos órgãos eletivos do conjunto da população. Esta dualidade de poderes propiciará, certamente, uma situação em que, nem o Estado, nem qualquer de trabalhadores, poderá servir-se da propriedade nacionalizada contra os direitos dos cidadãos e os interesses da coletividade.

O Partido Socialista Brasileiro, expressão desses ideais e objetivos, no território nacional, declara em seu Programa que "não considera socialização dos meios de produção e de distribuição a simples intervenção do Estado na economia e entende que aquilo só deverá ser decretado pelo voto do parlamento democraticamente constituído e executado pelos

órgãos administrativos eleitos em cada empresa".

A HIPERTROFIA DO EXECUTIVO

No Brasil ainda é vasto o campo do livre empreendimento econômico. Contudo, a partir do início da última guerra, vem se dando uma crescente intervenção e participação do Governo nas atividades econômicas, respondendo, bem ou mal, às exigências da situação interna e externa e ao processo de industrialização do país, satisfazendo interesses de grupos privilegiados e, mesmo, de certos movimentos demagógicos exploradores de um "obrerismo" escuso e de um "patriotismo" mal refletido. E neste o Executivo tem ficado com poderes quasi absolutos na administração das empresas públicas, rompendo o equilíbrio dos Poderes constituintes do Estado, o que põe em maior perigo a consolidação e desenvolvimento do regime demagógico. Na liberal democracia, a Câmara Legislativa também teve, por origem e função, atribuições econômicas, embora geralmente de caráter fiscal, que consistiam na defesa da liberdade de empreendimento, do padrão monetário e dos dinheiros públicos, contra o arbítrio do governante. Quando, pois, o Estado se torna senhor de indústrias, constitui uma desastrosa aberração fazê-lo, não em sua unidade, mas apenas através de um de seus órgãos.

O LEGISLATIVO DEVE BARRAR A DITADURA DA BUROCRACIA

Outorgados todos os poderes ao Executivo, nos setores em questão, fica o Legislativo limitado aos pedidos de informações, indicações de medidas e protestos inócuos, porque desprovido dos meios de aplicação de sanções diretas contra a má administração de qualquer empresa pública. Concede-se, assim, enorme, setor a uma burocracia, cujo crescimento em número e força proporcional ao aumento das atividades econômicas do Estado, nas atuais condições. E este quadro de "diretores" poderá se tornar a base de uma organização econômica totalitária, se lhe for favorável o curso dos acontecimentos. Desde já, nem o público, nem os empregados das empresas estatais, quando prejudicados por tal administração, contam com meios suficientes para fazer valer seus direitos. Diante destes prejuízos e daquela possibilidade, mesmo remoto, de piores e incalculáveis danos, os socialistas propugnam por medidas saneadoras, praticando uma política em que os fatos são considerados, não só pelo que ocasionam no presente, mas também pelo que podem causar no futuro. Como decorrência necessária de sua referida conceituação de socialização, o Partido inscreveu no seu Programa de reivindicações imediatas:

MEDIDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO

1 — Subordinação da nacionalização de bens pela União, Estados e Municípios, em cada caso particular, ao voto das respectivas Câmaras Legislativas.

2 — Administração das empresas nacionalizadas por órgãos constituídos de representantes dos respectivos governos, indicados pelo Executivo e aprovados pelo Legislativo, e de representantes eleitos pelos empregados das empresas.

Em número anterior desta "Folha", foi publicado para a apreciação dos grupos do quadro partidário um esboço de projeto de lei sobre a matéria. Regulamenta ele as atividades econômicas do Estado, a aplicação dos rendos e a administração

das empresas nacionalizadas, de modo que sejam postos sob um duplo controle do povo: um, geral e indireto, através do Legislativo; outro, local e direto, através da participação dos empregados na administração da empresa estatal. Quando transformado em Lei, ficará a Câmara com a competência de decidir, não só da utilidade de cada encomendação de bens e exploração econômica, como ainda do acerto das cláusulas em que serão executados, com o fim de dar o melhor emprego ao dinheiro público e de prevenir a intromissão, nestes atos, de interesses subalternos, políticos e econômicos.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA GLOBAL

A renda global das atividades econômicas da União, Estado ou Município, será invertida, segundo plano anual da respectiva Câmara, no melhoramento das empresas e serviços existentes e na criação de novos, inclusive no daqueles que não apresentem qualquer lucro, mas sejam de reconhecida utilidade pública. Será estabelecida a participação dos empregados no lucro das empresas, mas esta não se fará segundo a renda de cada uma delas, nem proporcionalmente aos vencimentos e salários de seus trabalhadores. Uma parte da referida renda global será distribuída anualmente, em partes iguais, a todos e sem distinção de local de trabalho, pois que a diferença de cargos já se acha considerada na desigualdade de salários fixos. Fazer o contrário, seria aumentar os privilégios dos altos burocratas e, com isso, aprofundar as desigualdades sociais e econômicas à custa dos dinheiros públicos.

A EQUIDADE NA PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS

A equidade na participação dos lucros, além de ser de justiça, incentivará os empregados a melhor cuidar da propriedade do povo considerada hoje por eles como propriedade do governo e, por isso, de ninguém. O direito de obtenção de rendos pelas empresas e serviços do Estado, não deverá, no entanto, prejudicar a

coletividade pela fixação de altos preços de mercadorias e serviços, segundo os interesses do Executivo e dos empregados públicos.

COMPETENCIA PARA A FIXAÇÃO DE PREÇOS

Dai, entregar o projeto de lei ao Legislativo a competência de fixar e alterar, a qualquer momento, o preço máximo das mercadorias e serviços, produzidas, comercializadas ou prestadas por qualquer governo, como monopólio, em todo ou parte de seu território.

ADMINISTRAÇÃO DOS EMPREGOS

A administração de cada empresa ou serviço será feita por uma Comissão constituída de um representante do governo competente e de três representantes dos trabalhadores assistidos por seu Conselho Técnico Consultivo. A Câmara Legislativa e a Assembléia Geral da Empresa escolherão e destituirão, em qualquer tempo, por voto secreto, seus respectivos representantes naquela comissão, o que assegurará aos órgãos eletivos a sanção direta e imediata contra os maus administradores. Não poderá qualquer órgão do Governo destituir representantes dos trabalhadores e membros de seu Conselho, os quais gozarão dos direitos de empregado com mais de dez anos de serviço, qualquer que seja seu tempo no cargo, e enquanto permanecer no serviço, sendo-lhe, também, conferidos imunidades no desempenho de suas funções. A representação do Governo e a dos empregados terão voto igual nas deliberações, sendo suas pendências resolvidas, em instância superior, pela respectiva Câmara Legislativa. Completando a outorga de auto-governo para os trabalhadores, na esfera estabelecida pela lei, cabe exclusivamente à Assembléia da empresa julgar, em última instância, os questões surgidos entre seus representantes na Comissão administrativa. Par fim, no sentido de garantir a lisura dos atos de escolha e destituição dos referidos representantes dos empregados, serão aqueles fiscalizados pelo Tribunal de Justiça Eleitoral.

IMPORTANCIA E OBJETIVOS DO PROJETO

Acreditamos que estas medidas propiciarão o restabelecimento do equilíbrio dos poderes entre o Legislativo e o Executivo e criarão condições em que as atividades econômicas do Estado não se encaminharão para a instituição de qualquer espécie de governo totalitário.

Grande número de adversários encontrará esta tarefa dos socialistas. Uns alegarão que os trabalhadores não se acham preparados para participar da administração de qualquer empresa. Forão como os ditadores que justificam seu absolutismo proclamando a imaturidade do povo para o exercício da democracia. No entanto, a vida prática demonstra que o aprendizado para o exercício de qualquer função só se faz no próprio exercício da função. E o nosso projeto de lei tem, deste ponto de vista, um caráter educativo. E' ainda dentro do regime capitalista que se deve proporcionar ao povo os meios de praticar a democracia, inclusive no campo econômico, se não se quiser atirar-lo no abismo da primeira aventura totalitária.

Outros procurarão se aproveitar da aplicação da lei para organizar movimentos demagógicos e contrários à situação que ela tem em vista estabelecer. No entanto acreditamos que será justamente a participação dos empregados na administração e lucros das referidas empresas o único meio de levar os trabalhadores a se oporem aos demagogos e aproveitadores, isolando estes no seio da massa operária.

Partido que não põe seu Programa ao seu serviço, mas se põe instrumental ao serviço de seu programa, a agremiação socialista não pode deixar de lutar por estas medidas, quaisquer que sejam seus adversários.

E o fará, de modo permanente, até sua aprovação pelo Parlamento e sua execução dentro de sua verdadeira letra e espírito.

AZIS MATIAS SIMÃO

Os Ferroviários da Sorocabana...

(Conclusão da pg. 8)

Também é certo o terceiro argumento do Governador, pois a Sorocabana concedeu, de 1946 para cá, aumentos de vencimentos de Cr\$ 300,00 a 400,00.

Desejamos, apenas, ter algumas considerações sobre os dois últimos argumentos do Governador.

Em primeiro lugar, vejamos quais são as causas principais das dificuldades financeiras da Sorocabana.

1.º) Intromissão ostensiva da política na administração da Estrada, causando a instabilidade nos cargos de direção, onde homens honestos e competentes não têm conseguido permanecer mais que alguns meses, por não quererem pactuar com desmandos e injustiças.

2.º) O filitismo e protecionismo, aumentando, exageradamente o quadro

de pessoal com elementos inúteis e beneficiando funcionários relapsos, apenas para atender interesses políticos, causando o desânimo, a indisciplina e a queda da produção de serviço.

3.º) Aceitação de serviços de empreitada, contratos e ordens de compra de materiais, lesivos aos interesses financeiros da Estrada, apenas para satisfazer a ganância de alguns figurões de projeção dentro das hostes políticas.

Quanto ao terceiro e último argumento, esqueceu-se o Governador de que os funcionários públicos, embora não tivessem aumentos gerais desde 1946, obtiveram benefícios tais como o salário família e as regalias conferidas aos que fossem participantes da Revolução de 1932 e da

F.E.B., além das vantagens do Instituto de Previdência que lhes facilita empréstimos e a construção ou compra de casa própria. Não gozam os ferroviários da Sorocabana desses privilégios, pois as suas contribuições para a C. A. P. são desviadas para outros fins, tendo o referido Instituto, em consequência, fechado para os ferroviários da Sorocabana a Carteira Predial e de Empréstimos.

Desse o Governador autonomia absoluta para a administração da Sorocabana, e a referida Estrada, que durante muitos anos ajudou a pagar o professorado e a Força Pública, voltaria a fazê-lo, mesmo que o projeto 209 fôsse extensivo aos seus funcionários, como era de justiça. PAULO VILLARES DE ALMEIDA

A Burguesia Nacional quer a volta ao trabalho escravo

A Segunda Convenção da Indústria Têxtil esteve reunida no Rio de Janeiro durante o mês de Setembro do ano que findou, mas somente agora nos é dado conhecer os seus recomendações feitas aos poderes da república.

Quem se der ao trabalho de manusear o caderno onde estão essas conclusões e recomendações compiladas, se dará conta de que as classes conservadoras não querem ser apenas as classes "conservadoras". Por trás das cortinas, como lhes é possível neste final de feira do regime capitalista, ainda pretendem elas dominar a situação e procurar manter intactos os seus sagrados privilégios. Se não conseguem desandar a roda da história "é porque a experiência demonstra que a evolução econômica é mais poderosa do que elas".

O seu desejo, a ambição que acalentam é a volta ao passado, ao regime do trabalho forçado, a suspensão de todas as liberdades, a derrogação de toda a precária legislação que concede vantagens e garante certos direitos às classes trabalhadoras. As classes conservadoras, com o mesmo desenvoltura e quicá com maior júbilo do que o fez Gladstone em plena Câmara dos Comuns, proclamaram as vantagens higiênicas do trabalho nas fábricas para as crianças maiores de sete anos de idade. Que mais têm a fazer os filhos menores dos trabalhadores?

Se o curso da história se fizesse de acordo com a cobiça das classes dominantes, já elas teriam implantado a nova barbaria que os mestres do socialismo vêem como única alternativa possível para a sociedade socialista. Não deixa, porém, de ter certa comicidade o espetáculo desses don Quixotes de nova espécie, em luta com os seus moinhos de vento.

Vem de longa data a luta entredita nos bastidores pelas classes patronais por uma modificação, tanto quanto possível radical, da legislação trabalhista em vigor. Reside nesse corpo de leis, é vez corrente, a causa fundamental do baixo rendimento do trabalho humano no Brasil. A lei de férias remuneradas, a assistência às mulheres grávidas, a estabilidade, o repouso remunerado, eis os fatores da decadência da produção nacional; esses os grandes males a serem combatidos pelas classes conservadoras.

Insistem, assim, os industriais brasileiros no velho erro de buscarem os seus lucros seja na redução dos salários e de todas as parcas regalias de que desfrutam os trabalhadores, seja na prolongação do tempo "suplementar" da produção, não procurando jamais melhorar o nível técnico de suas empresas, elevando a composição orgânica do capital aplicado na exploração de cada fábrica. De um modo geral todas as fábricas brasileiras de tecidos são tecnicamente atrasadas de quase um século em relação às norte-americanas, o que não permite senão a obtenção de um baixo rendimento dos que nelas trabalham.

Em ligeiro esboço que fizemos em 1947 sobre a Composição Orgânica do Capital da Indústria Têxtil e publicado, então, em VANGUARDA SOCIALISTA, procuramos demonstrar que era em virtude da baixa composição desse capital, que os fabricantes de tecidos se permitiam ao luxo de obter uma taxa de mais-valia superior a 60 por cento, quando taxas superiores a 20 por cento já são consideradas um verdadeiro absurdo.

O trabalhador nacional não é um malandro, nem é assim tão infimo o rendimento do seu trabalho. A maquinaria onde empregam a sua atividade, repetimos ainda uma vez, é que está, tecnicamente, obsoleta.

Se os senhores da indústria destinassem ao melhoramento de suas fábricas parte dos lucros anuais que estão auferindo, renovando a maquinaria, enriquecendo-a de novos melhoramentos já introduzidos alhures, em lugar de fazê-lo na aquisição de imóveis, em novos investimentos e até na exploração de hotéis de luxo, teriam de certo menos oportunidade de se queixarem dos trabalhadores, de mendigarem medidas restritivas para a importação de novas máquinas ou novos leões que lhes garantam, mais intensamente ainda, a exploração do mercado interno; não se lembrariam de que são as leis trabalhistas a causa dos males que os assoberbam. Se o rendimento da indústria de tecidos não vai acima da casa dos 50 por cento em lugar de ser de até 92 por cento, conforme registro feito naquelas empresas que, entre nós mesmo, já se aparelham convenientemente, a culpa, por certo, não é do homem que trabalha, mas tão somente daqueles que exploram a sua força de trabalho.

Afim de que os leitores de FOLHA SOCIALISTA possam ter uma idéia das pretensões dos magnatas da indústria de tecidos e, generalizemos, a

bre os salários mínimos já existentes".

"Considerando que a legislação trabalhista, desenvolvida e consolidada sob a influência de princípios que não foram adotados pela Constituição em vigor, precisa ser adaptada aos seus preceitos fundamentais conciliando a livre iniciativa com a valorização do trabalho humano; Considerando que cumpre aplicar aos contratos de trabalho as normas gerais dos contratos especialmente no que respeita ao consentimento recíproco para sua validade; a Convenção resolve salientando a necessidade da legislação trabalhista obedecer aos princípios da livre iniciativa, aos direitos fundamentais constitucionais assegurados, e que estatui as normas e condições de trabalho como resultante de uma livre estipulação entre as partes, respeitados os preceitos legais".

"Considerando a necessidade da concessão de férias não perturbar a organização do trabalho fabril, a Convenção resolve que seja assegurada a prestação de outros serviços durante o período em que a fábrica permanecer paralizada por motivo da concessão de férias coletivas, por

sível o princípio de perpetuidade do vínculo contratual, mesmo em se tratando de relações patronais; considerando que, para evitar a escravidão do empregado ao empregador, fixou o Código Civil e a legislação trabalhista, em 4 anos, o prazo máximo do contrato de trabalho, não sendo lícito, nem admissível que essa mesma legislação, por uma interpretação errônea, institua a escravidão do empregador ao empregado, pela impossibilidade de romper os laços contratuais ainda que indenizado; a Convenção resolve solicitar que se ajuste o conceito de estabilidade ao princípio fundamental da necessidade do consentimento recíproco para a existência dos contratos de trabalho, determinando-se previamente as compensações para os casos de inadimplimento, de forma a que a estabilidade de natureza econômica a que faz jus o empregado não se confunda e não se transforme em vitaliciedade e inamovibilidade no emprego". (todos os grifos são nossos).

A análise detalhada de cada uma das conclusões finais da Segunda Convenção da Indústria Têxtil Brasileira, especialmente aquelas que dizem respeito com a questão social, talvez merecesse ser feita, mas seria isso trabalho para vários artigos, coisa que talvez nos animemos a fazer em outras oportunidades. Por hoje esperamos que a divulgação que acima fica feita, será suficiente para demonstrar a extensão da cupidéz da burguesia nacional.

PIRAJÁ

AUTONOMIA PARA S. PAULO

Em recente sessão da Câmara Municipal de São Paulo, foi aprovado um requerimento do vereador Cid Franco, para a nomeação de uma comissão de vereadores para levar ao Congresso Nacional, ao presidente da República e ao Conselho de Segurança, o apelo da Municipalidade, no sentido de ser concedida a São Paulo, neste ano, a autonomia a que tem direito, podendo assim eleger o seu futuro prefeito. Foi ainda aprovada emenda que determina tratar essa comissão, junto ao Congresso Nacional, de uma nova discriminação das rendas do país, de maneira a beneficiar os municípios.

O presidente Marry Junior nomeou para essa comissão os srs. Cid Franco, Brasil Bandecchi, José Ferreira Keffer, Decio Grisi e Janio Quadros, declarando que deverão desincumbir-se da missão sem onus para a Câmara Municipal.

FOLHA SOCIALISTA

Por motivos de ordem técnica, FOLHA SOCIALISTA passará a sair nos dias 5 e 20 de cada mês, ao invés de 1.º e 15, como vinha acontecendo até aqui.

O CAPITALISMO DEIXOU O BRASIL ASSIM

3 milhões



DE CRIANÇAS ABANDONADAS

SÓ O SOCIALISMO RESOLVERÁ ESSE PROBLEMA

de todos os manufatureiros do Brasil, vamos transcrever em seguida, sem comentários, algumas das conclusões, aquelas que, por assim dizer, constituíram o movel da reunião da segunda conferência da indústria têxtil.

"Considerando que o preço da mão de obra exerce notável influência no custo da produção, com acentuada repercussão no custo da vida, provocando situações e problemas que devem ser convenientemente estudados, etc., a Convenção recomenda que os sindicatos, através dos seus departamentos técnicos, realizem estudos das consequências que o aumento dos salários e dos encargos sociais e econômicos exercem na elevação do custo da vida e, bem assim, das medidas que deverão ser tomadas para aumentar o poder aquisitivo do assalariado"; recomenda "que o salário mínimo seja estabelecido através das comissões previstas na Constituição em vigor, mediante inquérito econômico das diversas regiões do país, manifestando-se, desde logo, a integral desaprovção da indústria têxtil ao aumento porcentual uniforme para todo o país só-

parte do empregados que tenham direito a menores períodos de férias ou não tenham satisfeito as condições para a aquisição desse direito.

"Considerando que na organização do trabalho fabril os serviços de uns empregados entram e completam o serviço de outros trabalhadores, motivo pelo qual não se torna possível o estabelecimento de normas diferentes para a duração do trabalho dos diversos empregados de uma fábrica, etc., a Convenção resolve solicitar que fique definitivamente esclarecido que a duração normal de 48 horas de trabalho por semana pode ser, na indústria têxtil, em virtude da simplicidade e suavidade dos seus serviços, dividida em períodos até 10 horas diários, etc.."

"Considerando que o atual entendimento do conceito de estabilidade não se coaduna com os princípios básicos da Constituição Federal, nem tão pouco com as normas gerais dos contratos; considerando que cumpre também, neste assunto, garantir a soberania da vontade e a valorização do trabalho humano; considerando que no direito hodierno é inadmis-

PROVOCAÇÃO

Nem todos os trabalhadores e nem todos os elementos da classe média, ou melhor, nem todos os que vivem do próprio trabalho, e cujos interesses são muito diferentes dos interesses patronais, sabem o que seja provocação.

Podemos defini-la assim: — é a manobra que consiste na infiltração de agentes em determinada organização ou movimento, a fim de levá-los à prática de atos que os comprometam e prejudiquem.

Na história das reivindicações operárias bastaria citar o exemplo celebre dos "mártires de Chicago".

A convenção anual das organizações operárias norte-americanas decidira estabelecer a jornada de oito horas de trabalho, que vigoraria a partir de 1.º de maio de 1886.

A exploração patronal não tinha freios nem limites. Os empregadores queriam arrancar da atividade dos empregados o máximo proveito possível. Cansaço? Doença? Os patrões não pensavam nisso. Quem não aguentasse um trabalho de 10, 12 ou mais horas que se fosse para o olho da rua.

(Ainda hoje, no Brasil, apesar das leis trabalhistas, sempre ou quase sempre desobedecidas, a situação não é muito diferente...)

Chegou a época da luta decisiva pela realização do que resolvera a convenção dos trabalhadores. Em Chicago, nada menos de 40 mil pessoas abandonaram o trabalho. No dia 4 de maio, volentemente, a polícia dissolveu: uma grande manifestação operária, matando ou ferindo grevistas e simples assistentes.

Atividades da Comissão do Distrito Federal

A Comissão do Distrito Federal, do Partido Socialista Brasileiro, vem de programar a realização de uma série de conferências a cargo do comp. Castro Rebelo, subordinadas ao título "A crise do capitalismo e a solução socialista". Essas palestras deverão ter início no próximo dia 23.

Explodiu uma bomba. Quais os responsáveis pelo atentado? As autoridades não dormiram longo tempo sobre o assunto. Foram condenados à prisão perpetua o pastor protestante Samuel Fielden e o jornalista Michael Schwab. Foram enforcados August Spies, George Engels, Adolph Fischer e Albert Parson.

Um preso de nome Louis Ling suicidou-se na prisão.

Essas desgraçadas criaturas eram mesmo responsáveis pela explosão da bomba?

Não eram. Estavam todas inocentes, como se apurou na revisão do processo. E também se esclareceu que o

(Continua na pg. 4)

PROVOCAÇÃO... Os integralistas estão reeditando...

(Conclusão da pg. 3)

"atentado" fora um simples caso de provocação. Provocação de agentes policiais a serviço dos interesses dos patrões a serviço dos homens que não queriam conceder as 8 horas de trabalho para os seus empregados.

Em homenagem aos "mártires de Chicago", o Congresso Internacional Operário e Socialista de Paris, em 1889, fixou a data de 1.º de maio para as manifestações que a partir de então se realizaram e se realizam em todo o mundo.

Pensei nessas coisas todas quando assisti, recentemente, nesta Capital, a um filme de propaganda política do atual governador do Estado. Aliás, um filme tecnicamente muito bem arranjado.

Assunto: a bomba que não explodiu no Anhangabaú, atentado frustrado que o filme atribui a inimigos políticos do governador.

Não terá sido um caso de provocação? É convincente a "descoberta" daquela bomba não muito antes da horinha de explodir? Tenho minhas duvi-

das. E tenho minhas dúvidas porque me lembro de outro caso típico da provocação que se verificou nesta Capital, durante a ditadura, quando era interventor o atual governador. "Encontraram-se" armas e munições no forro da redação de "O Estado de S. Paulo". Por isso, o governo tomou conta do jornal, que só voltou às mãos dos seus antigos proprietários quando se reinstalou a democracia no Brasil.

Uma pergunta que ficará sem resposta: por que não manda o governo organizar um filme sobre o empastelamento do jornal "A Hora", há mais de dois anos, por cinco mascarados, até hoje impunes?

Outra pergunta que ficará sem resposta: — por que não manda o governo organizar um filme sobre a estúpida e covarde agressão ao diretor do jornal "A Hora", sr. Denner Medici, há mais de um ano, em São Vicente, por cinco indivíduos, até hoje também impunes?

CID FRANCO

A ESQUERDA ANTI-STALINISTA...

(Conclusão da pg. 5)

a ala direita levanta a bandeira da repressão, a ala esquerda exige uma plataforma socialista que arranque ao stalinismo sua base de massas. Característica dessa divergência foi a controvérsia que resultou na ilegalização da Liga Juvenil Independente, como organização sindical.

O CASO DA LIGA JUVENIL

Essa liga juvenil tem uma história interessante. Como a Juventude Socialista se alinhasse sistematicamente entre os esquerdistas, na última convenção do PS japonês, a ala direita resolveu fundar uma organização rival. Para isso foi aliado-se a uma gente

suspeita, chamada "os comunistas imperiais".

Esses elementos, como Sadakichi Nalayama, foram dirigentes comunistas da década de 1920 que, durante sua estadia nas prisões, juraram fidelidade ao imperador. Durante a guerra, ocuparam altos postos no exército japonês na China, como "especialistas em questões russas".

A tal Liga Juvenil mostrou sua fisionomia durante a ofensiva stalinista de agosto, quando atuou como grupo de vigilância, respondendo ao terror com o terror. Ademais, num esforço desesperado de mostrar seu anti-comunismo, ligou-se a duas organizações semi-militaristas: a Liga do

manas, liberdades entre os quais avulta o de pensamento e palavra.

"Pelo rádio, pela imprensa, em comícios, nesta Câmara, em toda parte, tenho defendido esse princípio. E até em favor dos que o repelem com suas ideologias totalitárias."

"Todos os homens têm o direito de expor suas idéias".

OS ACONECIMENTOS DE ARARAQUARA

"Valendo-se desse direito, aliás consagrado pela Constituição da República, o presidente da Comissão Municipal do Partido Socialista Brasileiro em Araraquara, Renato Corrêa Rocha, publicou, na imprensa local, antes de um comício do Partido de Representação Popular, a sua opinião sobre esse agrupamento político, apontando-o como sendo — o que ninguém, de boa fé, poderá contestar — a própria Ação Integralista Brasileira ressuscitada."

"Aliás, o sr. Plínio Salgado, chefe da primeira e do segundo, já tornou pública essa identificação ideológica. Defendê-la pacificamente é um direito que lhe assiste, na convicção de que ela representa um benefício para o povo, como como combatê-la pacificamente é um direito que também assiste a qualquer pessoa, na convicção de que ela só malefícios pode trazer para esse mesmo povo."

"Penso que a humanidade attingiu um desenvolvimento que superou a fase da violência nas lutas políticas, doutrinárias ou eleitorais. O emprego da violência é um retrocesso e uma degradação."

"A reunião dos "populistas" em Araraquara realizou-se na mais completa ordem. Os socialistas não tentaram dissolvê-la ou sequer perturbá-la."

"A denúncia da rearticulação integralista feita pelo socialista Renato Corrêa Rocha, no uso de um direito constitucional, pela imprensa. Os "populistas" poderiam usar esse mesmo direito, poderiam dar a resposta pelo seu comício e pelos jornais. Nas urnas, o povo diria qual a sua preferência."

VELHOS PROCESSOS TOTALITÁRIOS

"Entretanto, que fizeram os elementos do Partido de Representação Popular? Recorreram à prática dos velhos processos totalitários. Retrocederam à violência física nazi-fascista. Não se tratava de exaltação momentânea que levasse a atos irrefletidos. Foi uma violência meditada, preparada e politicamente resolvida."

"Uma "brigada de choque" dos integralistas ressuscitados agrediu o

militante socialista num bar, depois de se inteirar de sua identidade. Ele, estava sozinho, tomando uma refeição. Eram muitos contra um. Assim mesmo o agrediram. Renato Corrêa conseguiu livrar-se e procurou refúgio em outro local. Foi ainda perseguido a tiros.

"Sr. Presidente, reafirmo que reconheço a qualquer partido e a qualquer pessoa, o direito à exposição democrática e pacífica de suas idéias, que devem ser combatidas e pode ser vencidas com outras idéias."

"Mas a violência, sobretudo a violência covarde, politicamente organizada, de muitos contra um, como se verificou em Araraquara, só pode ser hoje praticada por totalitários fanáticos, imbuídos de ódio, por homens que sentem a sua ideologia destituída de verdade e de força para a luta dialética e descem, por isso, aos recursos animais da luta sangrenta."

"O socialista democrático, barbaramente espancado e ferido em Araraquara, é uma advertência para todo o povo brasileiro."

"Que fariam no governo os totalitários que o agrediram? Sirva para meditação essa pergunta."

"O prigo integralista se rearticula. Saiba destruí-lo o povo com a arma pacífica do voto."

"Era o que devia dizer, sr. Presidente".

Crisântemo e a Liga do Sol Nascente.

A existência de tal liga juvenil e o apoio que lhe davam os da direita como Matsuo e Tadao Kikukawa, secretário sindical do PS, desenascou luta aberta dentro do PS Comandada por Mesaburo Suzuki, a ala esquerda do partido exigiu que a tal liga fosse dissolvida; depois de uma sessão de três dias do comitê central, a decisão foi adiada para a próxima convenção nacional do PS.

Entretanto, Takano levantou a questão de modo agudo na convenção da FJS e sua moção recebeu 215 votos contra 141 contrários. Esta boa maioria torna certo que a próxima convenção socialista fará o mesmo.

(Traduzido de "The Call")

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL WILSON RAHAL ESCRITORIO:

Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar
Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA.

Rua Guarará, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46

2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209

11.º andar - Salas 1.104-6-8-10

Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303

R. CONS. CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502

R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º

SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel. 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.

Tel.: 2-0168

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL
ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA

Rua da Estação, 13

TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

O P. S. B. inaugurou...

(Conclusão da pg. 7)

os interesses do povo. Foram apresentadas pela bancada socialista 64 proposições, todas de interesse da população.

Exemplo raro na política espiritosantense, foi o fato de todos os suplentes terem ocupado a verança por um período determinado de tempo, conforme haviam prometido os socialistas.

REALIZAÇÕES EM BENEFÍCIO DO POVO

As realizações do Partido Socialista, em Cachoeiro de Itapemirim não se limitaram à atividade parlamentar. A Comissão Municipal fez funcionar cursos noturnos de alfabetização, bem como prestou assistência médico-jurídica gratuita a todos aqueles que dela se socorriam.

Entre as campanhas populares movidas pelo Partido, em Cachoeiro de Itapemirim, destaca-se a luta contra o aumento do preço do leite, na qual o Partido Socialista revelou-se o vanguardeiro na defesa dos interesses populares.

O ademarismo estabelece distinções e privilégios

O companheiro vereador Cid Franco, na sessão de 30 de Janeiro último, apresentou à Câmara de Vereadores da Capital o seguinte requerimento de informações:

"Tem notícia o sr. prefeito de que aos mercados do Mercado Distrital de Santana a foi prometida permanência inteiramente gratuita naquele local, pelo ex-prefeito Paulo Lauro e elementos do Partido Social Progressista? Durante quanto tempo gozaram desse benefício os mercados? Quais as autoridades diretamente responsáveis por essa situação? Em que data teve início a cobrança dos aluguéis? Com a rescisão do contrato para

mudança do Mercado para a rua Voluntários da Pátria, quem realmente pagará a multa — a Prefeitura ou os mercados? "



PELA VITÓRIA DA
DEMOCRACIA SOCIALISTA

As causas políticas e sociais da influência stalinista sobre o movimento operário

DAVID ROUSSET

Com este artigo, damos sequência à publicação dos debates travados entre David Rousset e Jean Paul Sartre, sobre os problemas atuais do movimento socialista, e que foram publicadas sob o título "Entretiens sur la politique".

A confusão entre a sociedade socialista e a sociedade russa que rompeu com o capitalismo, onde o Estado tornou-se proprietário da economia, mas, também, sob esse rótulo, tornou-se o patrão que explora duramente os trabalhadores, explica como o partido comunista, transformado em expressão política da nova sociedade russa, pode manter sua influência sobre enormes massas operárias. O prestígio da URSS junto aos intelectuais baseia-se em motivos cínicos (a exploração lá é camuflada de socialismo, a mão pode tomar sem que a consciência se preocupe) antes que em ilusões sobre o socialismo soviético. Mas, para os trabalhadores, é a confusão entre esses dois tipos de sociedade que é decisiva. Eles estão nas fileiras do movimento comunista porque são sinceramente socialistas, porque acreditam que, na hora presente, não há outro caminho senão o caminho russo para escapar ao mundo capitalista; porque se enganam sobre a natureza da sociedade russa. Compreender isso é compreender também como se enganam perigosamente aqueles que têm os operários comunistas como "separatistas" ou como agentes conscientes e organizados de uma nova forma de exploração. É porque compreendemos isso que não nos confundimos nunca com os adversários dos comunistas que os acusam de todos os crimes; declaramos, pelo contrário, que nenhuma transformação social autêntica pode ser realizada sem a participação dos elementos que hoje constituem a base vanguarda. Mas as derro-

dos partidos comunistas. Estamos prontos portanto a um esforço comum sobre objetivos precisos, mas não podemos admitir que tal esforço prossiga sem que ao mesmo tempo manifestemos claramente nossos desacordos.

Seria inexacto pensar que a confusão entre o socialismo e o regime da URSS mantém por si só a influência stalinista. Profundas modificações nas relações entre as classes e na estrutura das próprias classes se produziram durante esses 25 anos na URSS. Elas não se produziram sem acarretar modificações na própria estrutura do movimento operário mundial. Elas modificaram particularmente as relações entre a vanguarda operária e o resto da classe operária bem como a própria natureza dessa

tas sucessivas sofridas na Europa e mais ainda a ruína econômica da Europa modificaram a composição estrutural do proletariado europeu e modificaram também as relações entre esse proletariado e a pequena burguesia. Enfim, e para chegar ao ponto mais essencial, as transformações na técnica do trabalho afetaram a situação recíproca das classes e em particular a natureza e o papel das classes médias. Só a análise da nova dinâmica das classes na Europa pode fornecer a base programática necessária para reagrupar as massas. Essa é uma das tarefas fundamentais do movimento socialista, que ele só poderá levar a bom termo, na medida em que tiver um contato direto e vivo com a realidade política cotidiana.

No Ceará os integralistas apoiarão qualquer um...

Recebemos do Ceará, um recorte do jornal "O Unitário", de 29-1-50, em que se lê uma entrevista do Sr. Francisco de Assis Ferreira, presidente do Partido Integralista naquele Estado. Essa entrevista é importante porque revela um dos caracteres mais importantes da orientação geral seguida pelos integralistas, no sentido de aniquilar a vida política do país.

Por aí se vê que os integralistas, em primeiro lugar, não se preocupam com a fatura de os partidos representarem forças interessadas no progresso social. Para eles qualquer um serve, sejam pedesistas, udenistas, trabalhistas, ademistas, o diabo! Só não podem entrar em combinação com o Partido Socialista, porque os socialistas são "inimigos da personalidade humana".

Entretanto, para os integralistas, os srs. Silvestre Péricles de Góes Monteiro — ditador das Alagoas — e o presidente da República, que assiste impassível às arbitrariedades cometidas por sua polícia, das quais resulta a morte de vários cidadãos, são boas pessoas, dignas de todo crédito. Bem se vê, por aí, a falsidade dos homens que resolveram tirar patente de Deus, da Pátria e da Família.

Por outro lado, os integralistas fazem questão de um candidato único,

que não seja político, que seja escolhido pelos partidos, fora dos partidos. Querem que os partidos políticos sejam apenas organizações que escolham "administradores" para os cargos públicos, e que esses administradores saiam de fileiras extra-partidárias. Numa palavra, querem acabar com a função dos partidos políticos. E, depois de acabada a função, os próprios partidos... E quem, além do mais, acabar com o regime democrático. O jogo é muito conhecido. Não havendo candidato único, logo eles sairão dizendo que no Ceará ninguém se entende, e que é preciso a intervenção de algum padre acima dos partidos, para lhes indicar o caminho a seguir.

O que causa espécie não são as idéias fascistas dos integralistas. Afinal, cada qual desce do bonde como quer. É, isto sim, a passividade com que os partidos chamados democráticos assistem ao ressurgimento do fascismo. Amanhã, quando essa tropa de choque da reação estiver bem forte e quiser varrer os partidos políticos do cenário nacional, então os "democratas" irão bater no peito, fazer auto-críticas e verificar que se deveriam ter oposto à rearticulação do fascismo, desde agora.

Mas, então, será tarde demais. O. S. F.

A ESQUERDA ANTI-STALINISTA GANHA A DIREÇÃO DOS SINDICATOS JAPONESES

O movimento operário japonês — tratado cuidadosamente como flor em estufa — tem crescido de maneira bravia. Apesar dos esforços de quatro jardineiros, cada um dos quais visa um produto diferente, o movimento operário no Japão vem se desenvolvendo ao longo de suas próprias linhas, formando sindicatos intransigentes na defesa de seus direitos e na luta contra o totalitarismo de todos os matizes.

Isso ficou claro no mês passado quando os militantes revolucionários e anti-stalinistas da Federação Sindical Japonesa (Sodomei) obtiveram um impressionante voto de confiança na última convenção nacional. A reeleição de Minoru Fakam para secretário geral é um grande passo para tornar realidade seu objetivo: um movimento unido e militante.

O próximo passo será a fusão da FSJ com o Congresso Nacional dos Sindicatos Industriais reorganizado sob a direção de Matsuta Hosoya, estreitamente ligado a Takano e que dirigiu a luta, contra a dominação stalinista nessa última organização.

COMEÇO ARTIFICIAL

O movimento proletário japonês provem de um começo pouco auspicioso em 1946, apesar de um tremendo crescimento numérico. Na realidade, ele não começou tanto como movimento sindical interessado primordialmente na defesa econômica dos trabalhadores; em grande parte pelo menos, foi, a princípio, um produto algo artificial da ocupação, do governo japonês, dos stalinistas e dos socialistas da ala direita.

As autoridades de ocupação queriam utilizar o movimento operário como arma na luta contra a velha burocracia imperial japonesa e em seguida atrair sobre ele as tarefas relativas a ajuste de salários e desemprego, quando essas medidas se tornassem um fardo demasiadamente pesado para os ocupantes.

Os stalinistas estavam, naturalmente, prontos para agir mas o movimento operário que visavam não era outra coisa senão um dócil instrumento da política exterior da burocracia russa, pronto a rodopiar ao longo de seus contornos va-e-vens.

Os socialistas — que deviam ter agido de modo mais inteligente, uma vez que haviam dirigido o autêntico movimento sindical no Japão de antes da guerra — deixaram-se atolar na política parlamentarista e nada viam nos sindicalizados a não ser eleitores em potencial.

Assim, o movimento sindical japonês ficou ao léu. Os americanos se cansaram rapidamente de seu papel de libertadores e puseram-se a reprimir greves e o ativismo militante; os stalinistas aproveitaram-se disso para lançar fabulosos slogans revolucionários e agir como desvairados.

O governo entrevistou sua oportunidade e tentou fazer sindicalismo compulsório sob sua direção, nas indústrias estatais de transporte e comunicações. Os dirigentes socialistas derrotados nas eleições parlamentares vacilaram, incapazes de compreender que os sindicatos são algo mais que clubes políticos.

A ORGANIZAÇÃO DE UMA NOVA LIGA

O movimento operário japonês poderia ter-se desintegrado, em vista disso tudo, se não fosse a ação de Hosoya e Takano. Hosoya era um antigo sindicalista comunista que dissentiu violentamente do bureau político do PL em face da questão básica da dominação política dos sindicatos; com alguns outros sindicalistas, organizou a Liga pró-Democratização, dentro da CNSI dominado pelos stalinistas.

Foi um trabalho duro e, em vista do duelo entre os stalinistas e o governo apoiado pelos ocupantes, pareceu, por algum tempo, que o CNSI estava fadado a ser destruído.

O governo pos-se a perseguir os dirigentes do CNSI; os stalinistas responderam com uma política extremista de sabotagem e violência. Mas Hosoya estava resolvido a não responder nem capitular às provocações governamentais e stalinistas; pouco a pouco, em meio à desintegração do Shisanbetsu, surgiu a nova organização.

Entretanto, Takano, secundado por homens como Shigenori, antigo dirigente dos operários em transporte de Tokyo, antes da guerra — abriu a reação dentro da FSJ contra a pasmaceira da ala direita socialista. Foi auxiliado pelas derrotas políticas que os socialistas sofreram em virtude de não terem sabido tomar a posição que lhes cabia — por um movimento operário independente contra os ocupantes e os stalinistas.

As derrotas políticas do PS fortaleceram cada vez mais a ala esquerda-socialista que constituía o apoio de Takano na FSJ. Ele foi reeleito e levou à vitória toda sua chapa por considerável margem de votos. A única exceção foi Komakichi Matsuoka, líder da FSJ antes da guerra e ex-presidente da Câmara de Deputados, o qual foi reeleito presidente da FSJ.

O grupo de Takano havia decidido fazer apenas uma oposição moderada a Matsuoka, em virtude do respeito ao velho estadista da ala direita socialista; entretanto uma revolta da base estourou contra Matsuoka e ele foi reeleito por apenas 12 votos.

PERSPECTIVA DE FUSAO

A próxima etapa será a fusão dos dois maiores grupos independentes: os gigantes sindicatos dos professores e dos ferroviários, em uma forte federação central. Provavelmente isso se concretizará em torno da filiação à Federação Mundial de Sindicatos Livres, organizada em Londres.

A luta, entre a ala direita e a ala esquerda da Federação Sindical Japonesa — que coincidem com as alas direita e esquerda do Partido Socialista Japonês — transcende do campo de rivalidades entre dirigentes. Ela diz respeito a questões profundas, tais como: estratégia e tática, o problema da ação parlamentar versus ação sindical e a posição em face do stalinismo. Ambas as alas da FSJ e do PS, são irredutivelmente contrárias ao PC mas, enquanto

(Continua na pg. 4)

Visitas à Sede

Estiveram em visita à sede da C. E. os companheiros Nilton Goulart — diretor da "LUTA" órgão editado pela C. E. de Porto Alegre — R. G. Sul e Secretário da C. M. de Porto Alegre, J. Oliveira Ferraz, Presidente da C. M. Ourinhos-Estado de São Paulo.

Eleito Vice-Presidente da Câmara de Santos...

(Conclusão da pg. 8)

Municipal, a fim de que os seus interesses e aspirações possam ser melhor defendidos e assegurados.

O DISCURSO DO COMP. JOÃO CARLOS DE AZEVEDO

A primeira parte da sessão do dia 26, na Câmara Municipal de Santos, foi dedicada à comemoração do "Dia da Cidade". Representantes de todos os partidos discursaram sobre a efeméride, que assinalava o 111.º aniversário da elevação de Santos à categoria de Cidade. Em nome da representação do Partido Socialista Brasileiro falou o vereador João Carlos de Azevedo, cujo discurso, contrastando com o tom louvaminheiro e "ufanista" da maioria dos oradores, foi claro, categórico e enérgico, focalizando o retrocesso que se observa em Santos, na parte administrativo, no terreno das liberdades públicas e no que se refere às conquistas sociais e políticas, pois até a autonomia da cidade foi cassada, uma vez que não pode eleger o seu prefeito.

Damos, a seguir o texto do discurso do comp. João Carlos de Azevedo, que causou a mais viva impressão em Santos:

Jubilo artificial

"A bancada socialista nesta Câmara, em nome da qual venho falar na passagem de mais um aniversário da elevação de Santos à categoria de cidade, não tem motivos para associar-se com jubilo à comemoração. Em meio a tudo o que se possa dizer para recordar o acontecimento de 1839, e em meio a tudo o que se possa ressaltar no sentido de mostrar nosso progresso desde então, não vemos justificativa, hoje, senão para um jubilo artificial, um jubilo talvez feito sob medida para satisfazer os governantes, sob os quais a opressão, o obscurantismo e o atraso sempre significam liberdade, independência e progresso, pois que, nem os ditadores nem os déspotas mais famosos se conformam em consentir que se diga que os seus regimes não são de culto à liberdade e de respeito aos direitos humanos. Quando não para satisfazer governantes, o jubilo que, em geral, vemos exteriorizar-se nas comemorações oficiais, é para mistificar a realidade, encomendando para continuar ludibriando os que permanecem lendo pela cartilha do ufanismo, com relação às tristes condições da pátria.



UNIDOS PELA VITÓRIA DO SOCIALISMO

A luta pelo Socialismo e pela liberdade

Com efeito, sr. presidente, no caso especial de Santos, se quisermos recuar no tempo até os dias de Braz Cubas, vemos que existem dois traços comuns no largo panorama da história local. Esses traços demonstram que sempre que neste solo dádivo e fecundo brotam os anseios de liberdade, independência e progresso, sempre também surgem as reações para abafá-los. Seria muito longo enumerar os exemplos de que a história de Santos de Santos está cheia nesse sentido. E o que todos esses exemplos nos ensinam é que, se temos tido tantas vitórias, se temos escrito tantas páginas empolgantes de grandeza, sempre

Golpe militar...

(Conclusão da pg. 1)

perigoso para as instituições do que há seis meses atrás. Posso afirmar, sem a menor sombra de dúvida, que nunca estivemos mais próximo de um golpe como agora, graças ao ambiente deletério que impera. Dai, nós, do PSB propugnarmos pela legalidade e defesa da Constituição a qualquer preço".

Essa situação, em grande parte, é devida à inércia e incompetência dos chamados grandes partidos que, incapazes de enfrentarem a opinião do Catete de cabeça erguida, estão protelando a todo custo a escolha de um candidato à presidência da República, possibilitando assim que aqueles setores mais reacionários do governo pensem na possibilidade de um golpe militar para resolver a situação política. O dever dos democratas realmente sinceros é, nesse momento, cercar fileiras e defender a vigência das instituições políticas democráticas.

O CANDIDATO SOCIALISTA

Ainda em declarações prestadas à imprensa de São Paulo, pôde o comp. deputado Hermes Lima adiantar que, caso a situação não se modifique e continue reinando esse ambiente de incertezas, e somente graças a essa circunstância, o Partido Socialista talvez se veja obrigado a apoiar o melhor dentre os candidatos apresentados, afim de poder garantir a realização de eleições livres.

também nossas vitórias são, total ou parcialmente, anuladas, sempre as páginas que escrevemos são borradas pelos que lutam para escravizar-nos. Não precisamos ensinar história de Santos aos santistas, mas podemos lembrar a grandeza das jornadas das Bandeiras, da Independência, da Abolição, da República nesta terra, onde Silva Jardim veio iniciar a sua peregrinação democrática, atraído pela fama de um sólo em cujas entranhas não há boamente que não germine, não há planta que não produza opimos frutos. Mas, também, não precisamos lembrar aos santistas, como todos aqueles movimentos, que nos encheram de glórias, tiveram sempre os seus sabotadores e como tantas de nossas conquistas se vêm perdendo, por força dos que se colocam em pélo oposto na luta do povo pela Democracia e pelo Socialismo. Estaremos exagerando nas tintas deste quadro? Pois argumentaremos com o presente, para responder negativamente. Quando vencemos o centesimo decimo primeiro aniversário da nossa elevação à cidade, qual é o panorama geral que abarcamos?

BAIXOS INTERESSES ENTRAVAM O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

No desenvolvimento urbano, não vemos o progresso a que a cidade faz jus, pela importância do seu pórtio e pelo número dos seus habitantes. As administrações aqui se sucedem apenas orientadas pelos objetivos interesseiros do seu grupo ou da sua política, removendo cada prefeito para as calendas gregas os melhoramentos essenciais que lhe caberia executar. Invocamos a importância do nosso pórtio, mas não é só essa a razão pela qual a cidade deveria ter merecido a maior consideração dos seus administradores. Também Santos é uma terra de maravilhosa natureza a que até hoje não se deu o devido apreço nos guias nacionais e estrangeiros de turismo. Precisaremos especificar para esta demonstração? Em matéria de urbanismo já tivemos, depois de mais de um século de cidadania, o plano Prestes Maia. Quando, pelo menos, também, teremos um plano de turismo à altura das nossas belezas naturais? E se, no balanço dos nossos 111 anos de cidade, temos que ver o que se deixou de fazer no campo material, no sentido de progresso urbano, que dizer das nossas tristes condições no terreno das liberdades públicas, tão abnegadamente sempre defendidas pelos mais ilustres filhos de

Santos e pelos brasileiros que aqui vieram fazer da cidade a Mãe da liberdade do país?

A CASSAÇÃO DA AUTONOMIA

E' desolador o que temos de constatar neste dia, com referência à autonomia santista. Neste sentido não só não houve avanço, como até houve retrocesso na posição da independência que os tempos já nos haviam assegurado. Uma faixa de sombra caiu sobre a zona de luz em que também brilhavamos na costelação da auto-determinação dos municípios. E como se não bastasse aos santistas esse ultraje de não poder eleger o seu prefeito, verificamos ainda estar a cidade de Braz Cubas, como se ela fosse um velhaçouto de malfetores, completamente policiada e armada em guerra, numa afronta que os governantes não se cansam de opór às tradições e às lutas anti-escravagistas dos santistas. Nesse capítulo de policiamento de Santos temos essa nódoa tremenda da polícia especial da Marítima, pensando ignominiosamente sobre um dos povos mais democráticos do Brasil. Força de trabalho, de trabalho dinâmico, que dá à Nação o maior concurso para a sua economia, Santos é, por consequência, uma cidade de trabalhadores e de sindicatos operários. Porém, como vivem esses sindicatos? Massacrados pela dinastia dos "pelagos", apenas como instrumentos de negócios dessa casta, que ficará sendo a mancha mais ignóbil da história dos sindicatos trabalhistas em nosso país.

A RESPOSTA DE RENATO ROCHA

(Conclusão da pg. 7)

Agora examinarei o depoimento da terceira testemunha, o simpático e de todos querido, João Pimenta de Castro. Esse comico personagem só aparece no palco no ultimo ato, levado à cena nesta mesma praça. Não veio casualmente, como declarou à policia. Veio, porque foi procurado por Miguel Barbieri que lhe disse: "Se não der um paradeiro ao que está acontecendo, eu o responsabilizarei por tudo o que aconteceu e vier a acontecer".

"Calma, rapazes, ele já apañhou. Vamos dar o caso por encerrado". Foram as suas primeiras palavras, ditas com aquele tom meigo de voz feminina, que lhe é peculiar. Como em volta ao chafariz já se aglomerassem populares e a revolta se tornasse cada vez maior, consentiram, sem deixar de xingar e ameaçar, que Miguel Barbieri me ajudasse a sair d'agua. Enquanto isso, Pimenta de Castro permanecia com a sua mão estendida à espera da minha ingenuamente esquecido de que nem todos são do mesmo barro, e nem todo mundo é ordinário como ele. Pois, esse esplen-

RAZÕES DE SOLIDARIEDADE COM O POVO

Veja, pois, sr. presidente, da razão das nossas palavras iniciais, afirmando que não pode a bancada socialista nesta Câmara associar-se com jubilo à comemoração do centesimo decimo primeiro aniversário da cidade. Temos razões de vergonha, de dignidade e de solidariedade para com o povo, impedindo-nos de exibir uma falsa alegria no dia de um grato aniversário. Celebremos, sim, as glórias de Santos, mas nunca sem esquecer as misérias do presente. Desse presente que estamos vivendo, feridos em nossas mais elementares e mais justas aspirações, assim como devem ser classificadas as aspirações de civismo, de luta e de independência.

Em todo caso, sr. presidente, se a bancada socialista tem hoje motivos de congratulações, é por saber que vamos reencetar aqui nossos trabalhos, fazendo votos para que todos os srs. vereadores saibam, invariavelmente, cumprir os seus deveres no sentido de que não tenhamos de lamentar outro aniversário de Santos, sob as condições do que hoje transcorre e as quais, sem exagero, acabamos de destacar sob o imperativo de um mandato que nunca poderemos trair.

E procedamos assim, sem julgar jamais da inutilidade dos nossos esforços. A história dos santistas é essa história dos que nunca "descreem dos dias de amanhã".

dido cômico, que de maneira inconfundível abrilhantou o ultimo ato da farsa integralista, e que falou com voz suave aos seus colegas de adoração pincena, esse canalha tão conhecido de todos, esse hipócrita cujo cinismo e medo é público e notório, negou tudo no seu depoimento. Nenhum deles pertencia ao partido integralista. E graças a sua interferência, nada de grave aconteceu.

Quanto aos outros, não me occuparei deles por serem uns pobres diabos. Entre eles está o vereador Pedro M. da Silva que, queira Deus — peço licença aos integralistas para falar em Deus — não vá ter novamente, nesta hora de incertezas políticas, um outro disturbio nervoso como o que teve por ocasião da seca da varzea do Mogi.

Essa é a minha resposta democrática ao que os sanhudos fascistas me fizeram na madrugada de 9. E' assim que responde um socialista aos tiros e aos golpes da borraça. Aprendam, integralistas de Araraquara, e doutra vez sejam menos covardes nas suas ações e mais homens nas suas atitudes".

A reunião de Araraquara alcançou êxito invulgar

Conforme estava marcado, realizou-se em Araraquara, nos dias 4 e 5 de fevereiro, mais uma reunião plenária da Comissão Estadual do Partido Socialista, seção de São Paulo, destinada a discutir assuntos de importância partidária, bem como traçar as normas que nos deveriam orientar na luta contra os integralistas. À reunião estiveram presentes, além dos comps. integrantes da Comissão Estadual, comps. de Araraquara e de São Paulo, bem como o comp. deputado federal Hermes Lima, representante da Comissão Nacional do Partido.

A LUTA CONTRA O INTEGRALISMO

O primeiro ponto da ordem do dia foi o relatório do comp. Costa Corrêa, sobre a luta contra o integralismo. Esse relatório defendia a tese de que a luta contra os integralistas não se podia fazer isoladamente da luta contra o regime capitalista e a reação dos classes dominantes. Cobia, continuava o relatório, importante papel ao movimento operário nessa luta, pois, era o proletariado a força mais interessada na preservação das liberdades democráticas e no extermínio do fascismo.

Assim, competia aos socialistas empenharem-se na organização da classe operária em torno da luta pelos seus direitos fundamentais e pela vigência das franquias democráticas. Ao mesmo tempo, tornava-se necessária uma crítica severa aos partidos que se dizendo democratas, favorecem pela sua ação ou por seu silêncio a rearticulação do fascismo sob suas variadas formas.

Posto em discussão o relatório, foi o mesmo aprovado com pequenos acréscimos após se haverem manifestado todos os presentes à reunião.

Antes de passar-se ao outro ponto da ordem do dia, foi unanimemente votada proposta no sentido de que a Comissão Estadual recomendasse à Convenção Estadual o nome do comp. Renato Rocha para integrar a chapa de nossos candidatos ao legislativo estadual, com um desagravo à cidade de Araraquara.

A QUESTÃO ELEITORAL

Ainda no dia 4, discutiu-se o relatório do comp. Plínio Mella sobre a questão eleitoral, já publicada em "Folha Socialista". Após as intervenções de vários dos comps. presentes, foram as conclusões do mesmo dadas como aprovadas, com exceção da 1.ª e da 5.ª, a qual foi prejudicada por proposta marcando a data da convenção estadual para os dias 29 e 30 de abril, e 1.º de maio.

Com relação à questão eleitoral, foram aprovadas as seguintes propostas, como recomendação à Convenção Estadual.

1 — As chapas de candidatos aos cargos legislativos federal e estadual devem ter elementos partidários radicados no interior do estado, na proporção de 2/3, cabendo o terço restante aos comps. da Capital; 2 — Não deve haver acúmulo de cargos a serem disputados (federal e estadual). Ainda sobre o mesmo assunto, e como norma de orientação geral para o partido em São Paulo, ficou decidido que a Comissão Estadual e a Comissão Executiva não tomarão a iniciativa de apresentarem nenhum nome à consideração da Convenção, exceção feita do comp. Renato Rocha. Essas indicações, sobretudo necessárias para a orientação da Convenção, deverão partir das Comissões Municipais, dos Grupos de Base e dos próprios militantes do partido, individualmente, devendo ser remetidas à FOLHA SOCIALISTA que os divulgará, em seção aberta especialmente para esse

fim. Decidiu-se, também, solicitar das comissões municipais que indiquem, ao menos, dois comps., um para a Câmara Federal e outro para a Assembléia Legislativa.

Antes de encerrar-se a discussão desse ponto da ordem do dia, atendendo a considerações de ordem puramente técnicas, resolveu a Comissão Estadual considerar-se desmissionária na data da Convenção, isto é, começos de maio, devendo então ser eleita uma nova direção para o partido no Estado, comissão essa que terá a seu cargo orientar e dirigir as eleições. Essa proposta foi aprovada pela unanimidade dos membros da Comissão Estadual presentes à reunião.

O COMICIO

À noite, após o término dos trabalhos, realizou-se no Largo da Matriz, o comício com que o Partido Socialista responderia ao covarde atentado de que fora vítima o comp. Renato Rocha, por parte dos integralistas. Apesar do aparato policial, que afastou

grande número de pessoas reacias de um choque de graves proporções, o comparecimento ao comício dos mais satisfatórios, tendo a massa sido estimada em mais de mil pessoas. Fizeram uso da palavra, entre outros, os comps. Alípio Corrêa Neto, Renato Rocha, Cid Franco e Hermes Lima, todos eles mostrando a diferença de métodos usados pelos socialistas e pelas integralistas, denunciando ao mesmo tempo o caráter reacionário e fascista do partido de Plínio Salgado.

VÁRIAS

No dia 5, pela manhã, discutiu-se a situação atual da campanha do jornal diário, tendo sido marcado o dia 28 deste mês como término para o recebimento das listas de subscrição de compromisso.

A reunião de Araraquara, a par de estreitar mais os laços de companheirismo dos militantes socialistas, marcou um passo na luta contra o fascismo e a reação capitalista.

O Partido Socialista inaugurou uma nova fase na vida Política de Cachoeiro de Itapemirim

O Partido Socialista, em todos os lugares onde conseguiu eleger representantes às câmaras legislativas, vem realizando uma tarefa das mais importantes, embora seja desconhecida do grande público, em virtude do silêncio da imprensa burguesa. As realizações dos socialistas em benefício das camadas mais sofridas da população, passam, em geral, despercebidas do noticiário dos jornais, deixando, assim, os trabalhadores de tomar conhecimento daquilo que o Partido Socialista é, realmente.

UMA NOVA FASE NA VIDA POLITICA

O aparecimento do Partido Socialista no cenário nacional, inaugurou uma nova fase na política brasileira. Uma fase onde os representantes do povo trabalham, honesta e desinteressadamente, em benefício do povo, em geral, e das classes trabalhadoras, em particular, tudo fazendo para conduzir o povo brasileiro a dias melhores.

Assim é no município espirotantense de Cachoeiro de Itapemirim, onde os socialistas deram, mais uma vez, demonstração do que realmente valem, e do que realmente fazem em benefício do povo.

A LEGENDA MAIS SUFRAGADA

Nas eleições municipais daquela cidade, os socialistas alcançaram a maior votação em legendas, derrotando, inclusive, a coligação PSD-UDN. Essa, a primeira surpresa em Cachoeiro de Itapemirim. A segunda, foi a constatação de que os representantes socialistas cumpriam, realmente, as promessas que haviam feito no período de propaganda.

A BANCADA MAIS ATIVA

Apesar de contar apenas com 2 vereadores na Câmara Municipal, a bancada socialista foi a que mais ativa se revelou. Em todas as sessões, os representantes do PSE ali estavam para discutir as proposições em pauta, e defender,

(Continua na pg. 4)

A resposta de Renato Rocha

Respondendo aos integralistas que o atacaram covardemente, assim falou o comp. Renato Rocha no comício de Araraquara.

"Democratas de Araraquara; companheiros socialistas. A desmoralização do regime democrático em que vivemos, ocasionada pelo desprestígio das câmaras e assembleias e pela amoralidade política reinante, felizmente ainda não corrompeu a consciência pública, não criou ainda a atmosfera proufretada sem a qual serão frustradas todas as tentativas de implantação de regimes nazi-fascistas. Melhor prova não poderíamos ter, do que a dada pela população de Araraquara que, de maneira firme e enérgica, repudiou o atentado fascista de que fui vítima, unicamente por ter usado de um direito assegurado pela Constituição: o direito de pensarmos livremente e livremente expressarmos o que pensamos.

Depois de uma convenção levada a efeito, se possível, dentro de moldes democráticos, onde a linguagem demagógica e clorofílica dos líderes fascistas grangeara simpatias para o partido de Plínio Salgado, o que fizeram ao me tentar alvejar com os seus disparos assassinos, outra coisa não foi, do que ferir de morte o meu próprio partido, em Araraquara.

Não duraram muito as simpatias conquistadas no hospitalício povo desta cidade, a custo de muito falatório acuado, a custo de muito Deus, muita Pátria e muita Família. Pois, meia hora após o término dessa convenção, os meigos e pacatos populistas abandonaram as suas máscaras cós de rosa, deixando à mostra o esverdeado de suas faces. E foi nessa hora —

uma hora da madrugada — que pelo simples fato de ter eu assinado um manifesto da Comissão Municipal do Partido Socialista Brasileiro — foi foi nessa hora que os eficientes integralistas da tropa de choque do sr. Plínio Salgado mostraram ao povo de Araraquara a sua destreza no manejo do porrete e os seus métodos pouco democráticos de luta política.

Tentando justificar esse crime, alegaram que eu teria feito provocações insólitas. No inquérito policial instaurado, estão os depoimentos de várias testemunhas, e nenhuma delas — inclusive os três integralistas que depuseram — nenhuma delas me viu ou ouviu fazer o menor gesto de provocação. "Mas ele fez um insulto a que homem nenhum poderia deixar de repelir", foi o que declarou o manifesto do Partido de Representação Popular, assinado pelo secretário do Partido, Daniel da Silva Ramos, de acordo com os chefes municipais. Os diversos depoimentos vieram mostrar que o conflito nesse manifesto era mais uma sordida mentira dos não menos sordidos integralistas.

As testemunhas foram unânimes em afirmar serem os meus agressores indivíduos pertencentes ao partido integralista, pois, traziam na lapela o vistoso distintivo dos convencionais. Isso é do conhecimento de todos. Pois foi o próprio deputado integralista Loureiro Jr. quem declarou ao Mozart Monteiro e mais dois amigos desse, que os indivíduos que me espancaram e que estavam dispostos a fazer o mesmo aos meus, eram os perigosos rapazes da tropa de choque do sr. Plínio Salgado. Apesar de todas essas provas, apesar do manifesto

do Partido, 3 pessoas tiveram o descaramento de negar a responsabilidade dos fatos ao partido integralista. São elas: Dr. Renato Guimarães Bastos, Dr. João Pimenta de Castro e, não sei se dr. também, Oraldo Arruda.

Começemos pelo primeiro, pelo chefe integralista de Araraquara.

Ele, que por 19 anos prestou a minha família seus serviços profissionais, que foi durante todo esse longo tempo nosso grande amigo, em 1937,



por ocasião de sua prisão como integralista, não deixou de ter a amizade de meu pai e de meu tio, que tudo fizeram para livrá-lo da cadeia; esse mesmo médico, que foi meu médico durante quase todo esse tempo, tinha um único defeito: ser integralista. Entretanto, bastou esse defeito para de homem que era, transformar-se em fantoche de Plínio Salgado. Ele não mais pensa com a própria cabeça; ele já não age sob o impulso de seus próprios sentimentos. Hoje ele tem um só pensamento e uma só von-

tade. Pensamento e vontade ditados pelo chefe Plínio Salgado.

Por essas razões, e somente por essas razões, é que, embora com as janelas completamente abertas, com a casa festivamente iluminada, o chefe integralista de Araraquara não quis ouvir os urros histéricos dos seus companheiros de chacina, e o palavreado baixo e imundo da linguagem desabrida dos capangas. Seu depoimento, eu o sei. Se não o tivesse lido, não teria acreditado que pudesse ter dito um tão grande amontoado de falsidades. Só depois de tudo acabado é que ele soube, por um populista retardatário, que gente estranha me havia apanhado.

Fassemos à segunda testemunha integralista.

Quando entrei no bar Tambo, já lá estava o adiposo integralista de Itápolis. Fui abordado e agredido em sua frente. Se também me deu pancada, não posso saber, pois fui — como é hábito dos integralistas — atacado pelas costas e por muitos.

Minutos depois, era esse mesmo Oraldo Arruda quem livrava da mão da borracha a meu amigo Alberto Saba que, revoltado, protestava corajosamente, enfrentando aquele bando de sicários que me trazia preso e me malhava. Pois, esse mesmo indivíduo que a tudo assistiu e, quem sabe se não estreou o porrete novo, no seu depoimento — obra prima de hipocrisia — negou tudo. Não me viu e não me conhecia. E se fui agredido cabe a culpa a indivíduos e elementos estranhos ao P. R. P., porque os que rodearam Alberto Saba não pertenciam ao partido integralista.

(Continua na pg. 6)

ELEITO VICE-PRESIDENTE DA CAMARA DE SANTOS, O SOCIALISTA JOÃO CARLOS DE AZEVEDO

AS OPOSIÇÕES DERROTARAM O SITUACIONISMO, NO PLEITO PARA A ESCOLHA DA MESA, A 26 DE JANEIRO ÚLTIMO —
COMO FALOU O PRESIDENTE DO PARTIDO SOCIALISTA EM SANTOS, NAS COMEMORAÇÕES DO "DIA DA CIDADE"

Dois fatos de grande importância para os socialistas assinalaram a reunião do dia 26 de Janeiro p. p. da Câmara Municipal de Santos, quando da reabertura dos seus trabalhos, para o início do terceiro período legislativo da presente legislatura. Um deles foi a eleição, para o cargo de vice-presidente, do comp. João Carlos de Azevedo, vereador pelo Partido Socialista Brasileiro, presidente da Comissão Municipal de Santos do P. S. B. e membro da Comissão Estadual. O vereador João Carlos de Azevedo figurou na chapa apresentada pelas oposições, que conseguiram estrondosa vitória sobre o situacionismo, representado pelo P. S. P., pelo P. D. C., pelo P. R. e pelo P. T. N. A bancada do Partido Social Progressista, que é majoritária em Santos, dividiu-se na escolha do seu candidato à presidência da Câmara Municipal. O sr. André Freire, que exercera as funções de presidente nos dois anos anteriores, foi mais uma vez candidato, apoiado pelo Diretório do partido. Parte da bancada, entretanto, não aceitou a indicação, apresentando como candidato o seu líder, sr. Mário de Almeida Alcantara. As oposições deram apoio à candidatura do vereador Mário Alcantara, cujos companheiros, por sua vez, sufragaram os nomes dos vereadores da oposição indicados para os demais cargos na Mesa.

Por 19 votos contra 11 e um em branco, foi eleito presidente o sr. Mário Alcantara, e derrotado o sr. André Freire. À vice-presidência concorreram o comp. João Carlos de Azevedo, o sr. Luiz La Scala, do P. R., que disputava a reeleição. No primeiro escrutínio verificou-se empate, com 14 votos para cada um dos candidatos, tendo deixado de votar o sr. André Freire, que se retirara do plenário, e havendo dois votos para outros candidatos. O comp. João Carlos de Azevedo teve 16 votos no segundo escrutínio, contra 14 dados ao sr. Luiz La Scala. A 1.ª e 2.ª secretarias couberam também aos candidatos oposicionistas, sr. Francisco Mendes (P. T. B.) e sr. Zeny de Sá Goulart (U. D. N.), respectivamente, sendo derrotados o sr. Pedro Teodoro da Cunha e o sr. Salvador Evangelista, que representam, a primeiro, o P. D. C. e, o segundo, o P. T. N.

AÇÃO DA BANCADA SOCIALISTA

A eleição do comp. João Carlos de Azevedo teve a melhor e a mais simpática repercussão em Santos, onde é médico dos mais conceituados. Sua investidura, premiada com longa salva de palmas das tribunas e galerias, é consequência da atividade intensa, correta e voltada para os interesses populares da re-

presentação do Partido Socialista Brasileiro na Câmara Municipal de Santos. Os dois vereadores socialistas, os comps João Carlos de Azevedo e João Gonçalves Neto, em dois anos de atividade conquistaram o respeito e a admiração dos seus pares, graças à conduta que têm mantido no plenário e nas comissões de que fazem parte. O comp. João Carlos de Azevedo, durante dois anos, presidiu a Comissão de Saúde Pública e Assistência Social, tendo o comp. João Gonçalves Neto, que se constituiu em verdadeira revelação, integrado a Comissão de Justiça Legislação e Redação.

Em tais condições, apesar de contar apenas com dois vereadores, coube ao Partido Socialista dar o candidato das oposições coligadas à vice-presidência da Câmara Municipal de Santos. A escolha e, depois, a eleição do socialista João Carlos de Azevedo representam, sem dúvida, uma grande vitória do partido, cuja atuação na segunda cidade do Estado merece os maiores elogios de toda a população. O trabalho realizado pelos vereadores João Gonçalves Neto e João Carlos de Azevedo representa a garantia mais segura de que, na próxima eleição, o povo de Santos mandará maior número de socialistas para a Câmara (Continua na pg. 6)

OS FERROVIÁRIOS DA SOROCABANA E O VÉTO DO GOVERNADOR

Eram muitos os ferroviários da Sorocabana que acreditavam na aprovação do projeto 209, sem o véto do artigo 53, que os tornava participantes do aumento de vencimentos a ser concedido aos funcionários públicos estaduais. Alguns, porém, temiam o véto do Governador e previam quais os argumentos que S. S. iria invocar

para os excluir dos benefícios do projeto.

Os fatos confirmaram que os últimos pensavam com mais realismo.

Foram os seguintes os argumentos que o Sr. Ademar de Barros invocou para opor o seu véto ao artigo 53 do projeto 209:

a) As despesas da Sorocabana são o custeadas com verba da própria Estrada;

b) A Sorocabana atravessa um período de crise financeira;

c) A Sorocabana aumentou os vencimentos dos seus funcionários depois de 1946.

Em tése, estamos de pleno acordo com os argumentos expostos pelo governador paulista.

Com o que não podemos concordar, é que essas afirmações, embora verdadeiras, não sejam devidamente esclarecidas.

São esses os esclarecimentos que pretendemos dar em poucas palavras.

A primeira afirmação do

Governador é verdadeira sob todos os pontos de vista, pois a E. F. S. continua a ser uma empresa de propriedade e administração do Estado, custeada por receita própria, muito embora há muito venham prometendo a integração dos seus funcionários no quadro do funcionalismo estadual. Porém, até agora, para os empregados da Sorocabana, só existe o artigo 238 - N.º 3 - dos Estatutos dos Funcionários Públicos do Estado, pelo qual são demitidos dos serviços da Estrada.

A segunda afirmação é também verdadeira, como prova a dívida de Cr\$. . 160.000.000 que a Estrada tem para com a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários Estaduais de S. Paulo, dívida essa referente a descontos feitos nos vencimentos dos empregados, em favor da Caixa, e que são desviados para outras finalidades.

(Continua na pg. 2)



TRABALHADORES

Lutai por vossa libertação com o Partido Socialista Brasileiro

Os Integralistas estão reeditando velhos processos totalitários

Discurso pronunciado pelo comp. Cid Franco, na Câmara Municipal de São Paulo, denunciando o atentado de Araraquara

Na sessão de abertura dos trabalhos ordinários da Câmara Municipal de São Paulo, o comp. Cid

Eleição no Brasil, é privilégio de gente rica

O comp. deputado Domingos Velasco pronunciou, na Câmara Federal, um oportuno discurso, desmascarando a farsa que são as eleições no Brasil. As palavras candentes do representante socialista calaram fundo em toda a opinião pública nacional, dadas sua sinceridade e sua oportunidade.

O representante socialista disseceu o processo eleitoral brasileiro, mostrando que, de de acordo com o que se verifica atualmente, somente os partidos das classes dominantes podem concorrer às eleições para qualquer cargo legislativo ou executivo. As eleições para deputado, segundo as cifras apresentadas pelo comp. Velasco custam, em média, cerca de 50 mil cruzeiros por candidato. Dessa maneira, concluiu muito bem o representante socialista, as eleições no Brasil constituem um privilégio dos ricos.

Franco pronunciou o seguinte discurso, denunciando o atentado integralista de Araraquara:

"Sr. Presidente. Determina o Partido Socialista Brasileiro que eu pronuncie nesta Câmara — e eu o faria mesmo que não houvesse nenhuma determinação — algumas palavras de protesto contra os recentes acontecimentos de Araraquara.

"Quando, com a vitória das nações aliadas sobre o nazi-fascismo, a ditadura brasileira se enfraqueceu e os DIPs e DEIPs foram perdendo as antigas possibilidades totalitárias, organizei um programa de debates políticos na emissora que dirigia nesta capital.

"Nesse programa — antevendo de um parlamento democrático — eu permitia que falassem, na mesma noite, uns depois dos outros, representantes de qualquer ideologia. Falavam comunistas, socialistas, anarquistas, integralistas, falavam católicos, protestantes, teosofistas, espíritas, ateu, falava quem tivesse desejo honesto de defender uma convicção sincera".

"IDÉIAS SE COMBATEM COM IDÉIAS"

"Porque essa liberdade de pensamento e palavra é essencial à criação humana. Bem sei que entre os oradores daquele programa havia os que são partidários da supressão dessa liberdade — os integralistas e os comunistas. Mas sempre me pareceu que idéias se combatem com idéias. E mostrar a contradição dos que falam em democracia, em liberdade, mas são e foram na prática a negação desses princípios, desmascará-los com as suas próprias incoerências é o melhor processo de combatê-los.

"Pertencem a um Partido de socialistas democráticos, isto é, de homens que pretendem a transformação da estrutura econômica da sociedade, a socialização gradual, progressiva e pacífica dos meios de produção e distribuição, a passagem do regime capitalista para o regime socialista pelo consentimento consciente da maioria da população, sem desrespeito às liberdades inerentes à nossa condição de criaturas humanas (Continua na pg. 4)

A Camara de Araraquara repudia o atentado integralista

A reação da opinião pública, em todo o país, contra o atentado de que foi vítima o comp. Renato Corrêa Rocha, foi das mais sintomáticas e indicativas de que grande parte do povo brasileiro não vê com bons olhos a rearticulação dos integralistas.

Um atestado bem eloquente desse estado de espírito, é o ofício que a Câmara Municipal de Araraquara enviou ao comp. Alipio Corrêa Neto, na qualidade de presidente da seção estadual do Partido Socialista, solidarizando-se com nosso partido e repudiando o atentado fascista.

E' o seguinte o teor do documento:

"De conformidade com a resolução firmada por esta edilidade, em sessão extraordinária realizada a 11 do mês corrente, mediante aprovação do requerimento formulado pelo nobre vereador Pedro Marão cumpre-me levar ao conhecimento de v. exa. que a Câmara Municipal de Araraquara está solidária com o Partido Socialista Brasileiro de que v. exa. é digno presidente, ante a lamentável agressão de que foi vítima o presidente de sua Comissão Municipal local, sr. Renato Rocha, na madrugada do dia 9 de janeiro, fato que constituiu verdadeiro atentado à liberdade do cidadão araraquense".

Folha Socialista